

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Valter Campanato/Agência Brasil



Papel de Haddad nos atos de 2013 é lembrado

“Não é só pelo IOF”: o avança e recua de Haddad

Que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é vítima de fogo amigo, isso acontece desde o início do governo. Mas os comentários que circulam nos corredores próximos ao Palácio do Planalto são de que ele, de fato, vem se esmerando para ser alvo dessas críticas. Em tom de brincadeira, começou a surgir depois da semana passada a frase “Não é só pelo IOF”. Ela é uma refe-

rência à frase “Não é só pelos R\$ 0,20”, que deu início às manifestações políticas de 2013, que são o começo da crise que desgastou a então presidente Dilma Rousseff, num processo que acabou no seu impeachment. Na época, Haddad era o prefeito de São Paulo, e Geraldo Alckmin o governador. E ambos acertaram um reajuste na tarifa dos ônibus. E esse foi o primeiro recuo.

Voluntarioso

Haddad e Alckmin recuaram, mas isso não impediu que as manifestações acontecessem. Diziam os manifestantes, que “não era só pelos R\$ 0,20”. A história tem sido lembrada para criticar o que seria um defeito de Haddad: o ministro da Fazenda seria muito voluntarioso.

Sem combinar

Com isso, muitas vezes acaba envolvido com anúncios de coisas que surpreendem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e outros representantes do governo. Coisas que, sem combinação prévia, acabam motivando a necessidade de um recuo para evitar maiores danos.

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



Avança e recua era uma tática de Bolsonaro

Há, porém, quem ache que Haddad assume o desgaste

Embora essa crítica a Haddad vá se tornando mais frequente, há também uma outra avaliação. O ministro da Fazenda estaria, de certa forma, aceitando um desgaste para poupar Lula. O que acontece, segundo quem avalia assim? Lula vive um terceiro governo de formação muito complexa. Precisa manter um mí-

nimo de equilíbrio entre forças que pensam muito diferente num tempo de radicalização. Ao mesmo tempo, precisa fazer acenos à esquerda que sempre representou sem abandonar os grupos conservadores de que precisa para lhe dar sustentação. Entre essa cruz e essa caldeirinha ninguém se move mais que Haddad.

Balões

Há quem avalie, então, que Haddad, na verdade, lança às vezes balões de ensaio para ver as reações. Como disse à repórter Karoline Cavalcante o cientista político André Rosa, pode ser uma replicação da tática de “ocupação de cabeça de ponte” de Trump e Bolsonaro.

Risco

Se for isso, é uma tática de imenso risco. Na verdade, não deu certo nem com Trump no seu primeiro governo nem com Bolsonaro. Eles acabaram não se reelegendo. No caso de Haddad, gera um imenso desgaste para um ministro que ocupa uma área vital do governo.

Ponte

Na estratégia militar, significa ocupar uma área avançada e tentar mantê-la. Se der certo, avança-se. Se der errado, recua-se. No governo Bolsonaro, o caso mais conhecido foi o recuo depois daquele 7 de Setembro quando disse que não mais obedeceria a ordens do STF.

Não sai

Porque, segundo se avalia, mesmo desgastado Haddad não sai do governo. Trocá-lo iria gerar um desgaste maior. E se vai queimando uma opção eleitoral do PT caso Lula não seja candidato. Mas, no fundo, há quem diga que esse seria mesmo o desejo de parte do PT.

STF apura atos de Eduardo Bolsonaro nos EUA

Deputado licenciado prestará depoimento por escrito

Mario Agra/Câmara dos Deputados



Para Eduardo Bolsonaro, PGR “age politicamente”

Por Karoline Cavalcante

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta segunda-feira (26) abrir um inquérito para investigar a conduta do deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) durante sua estadia nos Estados Unidos. A apuração tem como objetivo verificar possíveis investidas do parlamentar contra autoridades e instituições brasileiras em território norte-americano. Por determinação do presidente da Corte, ministro Luís Roberto Barroso, a relatoria do caso ficará sob responsabilidade do ministro Alexandre de Moraes.

Ainda nesta tarde, Moraes autorizou que Eduardo preste esclarecimentos por escrito, conforme solicitado pela Procuradoria-Geral da República (PGR), já que o deputado encontra-se fora do país.

“Em virtude de encontrarse fora do território nacional, conforme requerido pela Procuradoria-Geral da República, defiro a possibilidade de que os esclarecimentos de Eduardo Bolsonaro sejam dados por escrito e que o mesmo seja notificado, inclusive, por seus endereços”, disse o ministro.

O ministro também ordenou que a Polícia Federal monitore e preserve conteúdos publicados por Eduardo nas redes sociais que tenham relação com a investigação. Além disso, a corporação deverá colher, no prazo de dez dias, o depoimento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) — pai do parlamentar — sobre o caso. Autoridades

diplomáticas brasileiras também serão ouvidas.

PGR

O inquérito foi solicitado pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet, em resposta a uma representação criminal protocolada pelo líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ). Segundo Gonet, desde o início do ano, Eduardo Bolsonaro vem fazendo declarações públicas reiteradas em que defende a imposição de sanções por parte do governo dos EUA contra ministros do STF, integrantes da PGR e da PF.

As manifestações teriam como pano de fundo o que o parlamentar classifica como uma “perseguição política” a ele e ao pai, que é réu por tentativa de golpe de Estado em 2022. No

entanto, para o chefe do Ministério Público, tais ações visam interferir no curso normal das investigações em andamento, especialmente à medida que os processos contra o ex-presidente e seus aliados avançam.

Gonet destacou ainda declarações recentes do chanceler norte-americano Marco Rubio, que, durante uma audiência na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Representantes dos EUA, na última quarta-feira (21), sugeriu a possibilidade de sanções contra o ministro Alexandre de Moraes.

“Há um manifesto tom intimidatório para os que atuam como agentes públicos, de investigação e de acusação, bem como para os julgadores na Ação Penal, percebendo se o propósito de

providência imprópria contra o que o sr. Eduardo

Bolsonaro parece crer ser uma provável condenação” diz um trecho do pedido enviado por Gonet ao STF.

Liberdade

Licenciado do mandato desde março, Eduardo atualmente reside nos Estados Unidos. Na ocasião de seu afastamento da Câmara, ele declarou que se dedicaria “integralmente” a denunciar supostas violações de direitos humanos no Brasil e a “resgatar liberdades perdidas”.

Ao comentar o caso, o parlamentar declarou que Gonet estaria “agindo politicamente”. “Eu não mudei meu tom. Não há conduta nova. Há um PGR agindo politicamente”, criticou Eduardo Bolsonaro.

Supremo ouvirá 47 testemunhas na ação sobre golpe esta semana

José Cruz/Agência Brasil



Testemunhas de Augusto Heleno depuseram na segunda

Por Gabriela Gallo

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) segue com os depoimentos de testemunhas ligadas ao chamado “núcleo crucial”, conforme a denúncia do procurador-geral da República, Paulo Gonet, de tentativa de golpe de Estado. Nesta semana, está previsto para os ministros ouvirem 47 testemunhas, todas convocados pelas defesas dos réus.

Os ministros do colegiado definiram que ouvirão todos as 82 testemunhas arroladas até 2 de junho. Nesta segunda-feira (26), os cinco ministros da Primeira Turma (Cristiano Zanin, Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia, Luiz Fux e Flávio Dino) ouviram oito testemunhas convocadas pelos advogados de defesa do ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência (GSI) general Augusto Heleno.

“Tristeza”

Em seu depoimento, o ex-ministro da Saúde ao final da gestão de Jair Bolsonaro (PL) Marcelo Queiroga (que também respondeu pela defesa de Walter Souza Braga Netto) negou ter tido qualquer conversa com ex-presidente para discutir uma possível tentativa de golpe. Ele confirmou que se encontrou com Bolsonaro após ele perder as eleições de 2022 para passar um balanço dos trabalhos do ministério e consolar o ex-presidente, que “estava em quadro de muita tristeza” após perder a eleição. Queiroga tam-

bém confirmou ter participado e contribuído no período de transição do governo Bolsonaro para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Já o servidor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) Christian Perillier Schneider informou que o ex-diretor geral da Abin, o agora deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ), tinha uma sala no Palácio do Planalto e despachava diretamente para o ex-presidente. “Pela minha experiência, a primeira vez que a Abin teve sala no Palácio do Planalto foi no governo Bolsonaro. Nos governos anteriores, não era a prática”, disse Schneider ao ser questionado se era comum a Abin ter uma sala no Planalto.

Além disso, o assessor espe-

cial do GSI durante a gestão de Augusto Heleno, Amilton Coutinho Ramos confirmou que o ex-ministro do GSI era defensor do voto impresso, mas disse que ele respeitou a decisão da justiça eleitoral em não instaurar o sistema de votos para as eleições de 2022. Ele também confirmou o encontro em que Heleno sugeriu usar a Abin para espionar as candidaturas adversárias a Jair Bolsonaro, mas reforçou que o projeto nunca foi posto em prática. “Aquele assunto da reunião de 5 de julho não teve desdobramento dentro do GSI. Não foi abordado esse assunto”, disse Amilton Ramos.

Cronograma

Para cumprir o prazo estabelecido, os magistrados que

compõem o colegiado ouvirão testemunhas até esta sexta-feira (30). De terça-feira (27) até sexta, a Corte ouvirá depoimentos convocados pela defesa do ex-ministro da Justiça de Bolsonaro e ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal Anderson Torres. Nesta terça-feira, em sessões agendadas para as 8h e 14h, serão ouvidos: os delegados da Polícia Federal (PF) Bráulio do Carmo Vieira, Luiz Flávio Zampronha e Caio Rodrigo Pellim; o delegado da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) George Estefani de Souza; o ex-diretor de operações da Polícia Rodoviária Federal (PRF) Djairlon Henrique Moura; e o ex-diretor-adjunto da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) Saulo Moura da Cunha, entre outros.

Na sexta-feira (30), os ministros do Supremo ouvirão, entre outros, o presidente do Partido Liberal (PL), Valdemar Costa Neto; os senadores Espiridião Amin (PP-SC) e Eduardo Girão (Novo-CE); e o deputado federal Ubiratan Sanderson (PL-RS). O senador Ciro Nogueira (PP-PI) também prestará depoimento, convocado pelas defesas de Anderson Torres, Jair Bolsonaro e do ex-ministro da Defesa Paulo Sérgio Nogueira.

Já as testemunhas convocadas pela defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro prestarão depoimento em duas sessões na sexta-feira. Na sessão das 8h, o colegiado ouvirá o governador de São Paulo Tarcísio de Freitas.